ISSN: 2358-8829

ENTRE O MITO E O CONTRA-ARQUIVO: REESCRITAS AFRO-FEMININAS DE CHICA DA SILVA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA[1]

Ester Estevão da Silva [2]

INTRODUÇÃO

Poucas mulheres negras do período colonial ocupam no imaginário brasileiro um lugar tão visível quanto Chica da Silva. Francisca da Silva de Oliveira, nascida escravizada no Arraial do Milho Verde entre 1731 e 1735 e falecida no Tejuco em 1796, tornou-se ao longo de dois séculos personagem de memórias regionais, romances, sambas-enredo, filme e telenovela. Essa visibilidade, no entanto, não resultou em uma compreensão mais complexa da experiência negra na sociedade mineradora. A figura que se consolidou é a de uma mulher sensual, caprichosa e extravagante, cuja trajetória aparece como acontecimento extraordinário em meio à ordem escravista.

O problema que orienta este trabalho decorre dessa constatação. Interessa-nos compreender como a excepcionalização de Chica da Silva participa do apagamento das formas plurais de existência negra no Brasil colonial. Quando uma única mulher negra é lembrada como exceção, todas as demais permanecem confinadas à condição genérica de escravizadas, e a mobilidade social, a constituição de famílias, a posse de bens e a participação em instituições coloniais deixam de ser lidas como práticas compartilhadas por uma parcela da população negra livre e forra. A exceção, nesse sentido, confirma a regra que pretende contrariar.

Diante desse quadro, o objetivo do artigo é investigar de que modo reescritas literárias de autoria afro-feminina deslocam essa construção e que contribuições oferecem para uma educação antirracista do imaginário histórico. O corpus central reúne *Chica da Silva: a mulher que inventou o mar* (2001), de Lia Vieira, narrativa endereçada ao público infantojuvenil e ilustrada por Iléa Ferraz, e *Chica da Silva: romance de uma vida* (2016), de Joyce Ribeiro. Como contraponto, recorremos às *Memórias do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos

[1] Trabalho resultante de pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFCG), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Isis Milreu, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande - PPGLE/UFCG, esterestevaodasilva2@gmail.com.

Santos, ao filme *Xica da Silva* (1976), de Carlos Diegues, à telenovela homônima exibida pela Rede Manchete em 1996 e à revisão historiográfica de Júnia Ferreira Furtado (2003).

A relevância da discussão para o campo educacional se vincula à Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. Duas décadas depois, permanece o desafio de ir além da inclusão de conteúdos, interrogando as formas pelas quais a presença negra é narrada nas práticas escolares. Chica da Silva, figura recorrente em livros didáticos e produções audiovisuais, oferece um caso privilegiado para essa reflexão. A discussão dialoga com a leitura que Conceição Evaristo (2013) fez da narrativa de Lia Vieira em face das versões anteriores e com a base documental reunida por Furtado (2003), articulando crítica literária e revisão historiográfica ao debate sobre educação das relações étnico-raciais.

Três noções orientam a análise. A primeira é a de mito, compreendido como narrativa que, pela repetição, passa a funcionar como explicação naturalizada do passado e que, no caso de Chica, atualiza as imagens de controle descritas por Patricia Hill Collins (2019) e a figura da mulata analisada por Lélia Gonzalez (1984). A segunda é a de contra-arquivo, inspirada na reflexão de Saidiya Hartman (2020) sobre os limites dos registros coloniais e próxima da escrevivência proposta por Conceição Evaristo (2020), que designa o gesto literário de reinscrever dimensões da experiência negra ausentes ou deformadas nos registros dominantes. A terceira é a de educação antirracista do imaginário histórico, que, em diálogo com Nilma Lino Gomes (2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), desloca a atenção da simples inclusão de personagens negras para o modo como elas são narradas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e comparativa, cujo percurso é detalhado na seção seguinte. A leitura do corpus indica que a imagem da mulher sensual e excepcional converte mobilidade social em desvio individual, que a historiografia relativiza essa excepcionalidade ao situar Chica entre outras mulheres forras e que Vieira e Ribeiro aprofundam o deslocamento por caminhos distintos, reinscrevendo infância, maternidade, afeto, religiosidade e sociabilidade. Conclui-se que essas reescritas oferecem à escola a possibilidade de examinar como o passado é narrado, condição para uma educação antirracista do imaginário histórico.

METODOLOGIA

ISSN: 2358-8829

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica, comparativa e interseccional. A comparação se dá em dois planos. No primeiro, as obras do corpus são lidas em face das representações que as antecedem, o que permite observar o que cada uma retoma, transforma ou recusa. No segundo, Vieira e Ribeiro são postas em relação uma com a outra, sem que se ignore a distância entre uma narrativa infantojuvenil ilustrada e um romance de fôlego biográfico. A perspectiva interseccional (Collins, 2019; Akotirene, 2019) orienta a leitura das representações de Chica como produtos da articulação entre raça, gênero e classe, de modo que a sexualização da personagem, sua condição de forra e sua posição de proprietária sejam compreendidas como dimensões entrelaçadas de uma mesma construção.

Três perguntas conduzem a leitura, a saber, quem narra Chica e a partir de que posição, que dimensões de sua experiência cada narrativa seleciona ou silencia e que efeitos essas escolhas produzem sobre a compreensão da presença negra na sociedade colonial. A análise organiza-se em torno de eixos presentes nas duas narrativas, como infância, corpo, maternidade, religiosidade e manutenção social, este último entendido como o conjunto de estratégias pelas quais a personagem sustenta sua posição e seus vínculos depois da partida de João Fernandes de Oliveira para Portugal. Mantém-se ao longo do percurso a distinção entre Francisca da Silva de Oliveira, mulher que viveu no Tejuco setecentista, e as diferentes Chicas produzidas pelos documentos, pela historiografia, pelo imaginário cultural e pelas obras literárias. Não se busca uma Chica verdadeira, mas a compreensão de como cada narrativa a constrói e que visão do passado colonial essa construção ajuda a sustentar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tradição do mito e a fabricação da exceção

O problema que envolve Chica da Silva não é de ausência, mas de forma de presença. A imagem que hoje circula resulta de uma sedimentação em que o relato memorialístico, o romance, o cinema e a televisão se retomam e se amplificam. Conceição Evaristo (2013) observa que essas recriações, produzidas majoritariamente a partir de um olhar masculino e branco, guardam entre si uma coerência de fundo, assentada na ideia de que a mulher negra seduziria apenas por seus atributos físicos.

A matriz dessa tradição encontra-se nas *Memórias do Distrito Diamantino*, publicadas em 1868. Ao reunir tradições orais e documentos sobre o Tejuco, Joaquim Felício dos Santos

ISSN: 2358-8829

descreve Chica como mulata de origem humilde, sem atributos de beleza, cujo poder decorreria da ascendência exercida sobre o contratador João Fernandes de Oliveira, e narra seus caprichos, entre eles o lago artificial com uma embarcação construída para seu deleite, como sinais de desmedida. A trajetória de uma mulher forra, proprietária e mãe de numerosa prole é reduzida ao escândalo de uma relação que desafiava as convenções raciais da época. Nesse registro, Chica não fala. Ela é falada por uma memória local filtrada pelo letrado oitocentista, o que corresponde àquilo que Grada Kilomba (2019) descreve como fixação do sujeito negro na posição de objeto, a quem se nega a autoria sobre a própria história.

O século XX inverte o juízo sobre a aparência, mas conserva a lógica da exceção. O romance de João Felício dos Santos, o filme de Carlos Diegues (1976) e a telenovela de 1996 transformam a personagem em símbolo de sensualidade e revanche, uma mulher que domina os homens brancos pelo corpo e ridiculariza a ordem colonial pelo excesso. Essa Chica condensa o que Gonzalez (1984) identificou na figura da mulata, exaltada no espaço do espetáculo e negada como sujeito no cotidiano, e corresponde às imagens de controle que, segundo Collins (2019), atribuem papéis fixos a mulheres negras e justificam sua subordinação. Essas produções tiveram o mérito de colocar mulheres negras no centro de narrativas de grande alcance, mas sua protagonista existe sobretudo sob o olhar dos homens que deseja dominar e do espectador que a consome. Diante desse enquadramento, bell hooks (2019) propõe o olhar opositor, a recusa em aceitar passivamente imagens que reduzem mulheres negras a corpo e a disposição de perguntar quem enquadra a cena e para quem ela foi produzida.

Dois efeitos dessa tradição interessam de perto à discussão educacional. O primeiro é a conversão da mobilidade social em desvio individual, pois, se Chica ascende porque seduz, sua liberdade e seus bens deixam de ser lidos como resultado de estratégias disponíveis, ainda que de modo desigual, a outras mulheres negras. O segundo é a preservação de uma oposição simplificadora entre brancos livres e negros escravizados. A excepcionalidade revela-se, assim, como realização do estereótipo, e não como sua contradição. As redes de sociabilidade, os saberes e as estratégias das demais mulheres permanecem fora do campo do conhecível, processo que Sueli Carneiro (2023) associa ao epistemicídio, um dos efeitos do dispositivo de racialidade.

A revisão historiográfica e os limites do arquivo

Seria impreciso afirmar que as mulheres negras do Tejuco foram simplesmente apagadas da história. Há registros de sua existência em testamentos, assentos de batismo e livros

de irmandades, e foi a partir desse material que Júnia Ferreira Furtado (2003) reconstituiu a trajetória de Chica. A historiadora demonstra que ela integrava um grupo mais amplo de mulheres forras que constituíram famílias, adquiriram casas e escravizados, chefiaram domicílios e buscaram distinção por meio das irmandades e da educação dos filhos. A mobilidade era real, mas estreita, exigia negociação contínua com os padrões da elite branca e coexistia com a reprodução da ordem escravista, da qual as próprias forras participavam como proprietárias. A historiografia devolve Chica ao seu tempo e a uma coletividade, desfazendo a premissa de que sua trajetória seria inexplicável fora do registro da sedução.

Há, porém, aquilo que o documento não alcança. Os registros dizem que Chica teve filhos, possuía bens e pertencia a irmandades, mas pouco revelam sobre sua infância, seus afetos ou suas crenças. Hartman (2020) mostra que o arquivo colonial tende a preservar as mulheres escravizadas nos momentos em que se tornam objeto de transação, violência ou escândalo, e propõe uma escrita que trabalhe contra esses limites sem pretender recuperar uma verdade perdida e sem aceitar o silêncio como última palavra. É esse gesto que aqui se designa como contra-arquivo. No pensamento negro brasileiro, ele encontra precedentes na reivindicação de Beatriz Nascimento (2021) por uma história feita por mãos negras e na escrevivência de Evaristo (2020), escrita enraizada na experiência coletiva de mulheres negras.

A literatura pode preencher esses silêncios, desde que se reconheça que a Chica literária é uma construção de linguagem, e não o reflexo da mulher que viveu no Tejuco. Como lembra Beth Brait (2017), a personagem se constitui por procedimentos de caracterização que envolvem descrição, ação, fala, relação com outras personagens e distribuição de informações pelo narrador. A autoria afro-feminina não garante por si só o deslocamento do mito, e por isso o que se examina a seguir são as escolhas pelas quais Vieira e Ribeiro constroem suas personagens.

Lia Vieira e a reinscrição da infância, da sociabilidade e da ancestralidade

A narrativa de Lia Vieira participa de um movimento que Eliane Debus (2017) identifica na literatura brasileira para crianças e jovens, cujo percurso vai da ausência e da estereotipia de personagens negras à afirmação de identidades e referências africanas e afro-brasileiras. O texto é breve, organizado em episódios que acompanham as fases da vida de Chica, e o sentido se produz também na relação com as ilustrações de Iléa Ferraz. A obra abre com uma dimensão que a tradição ignorou, a infância. Chiquinha é apresentada como líder das crianças, menina que inventava brincadeiras e ouvia as histórias contadas pela mãe, Maria da Costa (Vieira, 2001, p.

10-11). O racismo não desaparece. As senhoras do arraial comentam a liberdade dada àquela forra e, diante da correção de que a menina nascera livre, respondem que o que importa é ser negra (Vieira, 2001, p. 10). Mais adiante, a narrativa registra que Chica aprendera a ler e a escrever na casa do Intendente (Vieira, 2001, p. 20), caracterização que desloca o centro de gravidade da personagem do corpo para a experiência e a formação.

A sociabilidade feminina negra atravessa a obra. Mucamas, rezadeiras e comadres, como Niwa e Naila, acompanham a personagem e são caracterizadas por saberes próprios. Naila conhece as propriedades medicinais das plantas, apara os filhos das comadres e saúda Chica com uma expressão de origem africana que lhe deseja alegria e sorte (Vieira, 2001, p. 30). Essa rede ganha relevo nas ilustrações. Na prancha que acompanha a descrição do luxo do Castelo da Palha, Chica aparece com peruca loura e vestido suntuoso, mas sentada com um bebê nos braços, cercada de crianças e mulheres negras (Vieira, 2001, p. 34). Na tipologia de Maria Nikolajeva e Carole Scott (2011), trata-se de uma relação de ampliação, pois a imagem não contradiz o texto, mas lhe acrescenta a maternidade e a comunidade, reorganizando a cena de ostentação.

A ancestralidade é outro eixo da reescrita. O lago artificial, que em Felício dos Santos figura como capricho, torna-se sonho de liberdade. Quando a embarcação navega, a multidão invoca Iemanjá, Olokun e Dandalunda, e o narrador associa o feito ao apogeu de uma Rainha Negra que fez seu povo navegar com ela. Na mesma página, a narrativa registra as fugas, as sociedades de auxílio mútuo e as confrarias constituídas por negros para comprar a liberdade dos irmãos (Vieira, 2001, p. 47), inscrevendo a conquista individual em um horizonte coletivo.

A obra, contudo, não abandona inteiramente o motivo da singularidade, e Chica chega a afirmar que é daquelas feitas para as exceções, não para as regras (Vieira, 2001, p. 44). O que muda é o sentido da exceção, que deixa de residir no corpo e se vincula à imaginação e ao desejo de liberdade. No desfecho, após a partida de João Fernandes, Chica passa a usar tranças africanas, despoja-se da pompa e transforma o castelo em espaço de acolhimento de crianças e agregados, cercada de comadres e afilhados (Vieira, 2001, p. 56). A peruca loura da página 34 e as tranças da página 56 desenham, no plano verbo-visual, um percurso que vai do embranquecimento como performance de distinção à reafirmação de uma corporeidade negra.

Joyce Ribeiro e a historicização da trajetória

O romance de Joyce Ribeiro, apresentado no paratexto como romance histórico resultante de pesquisa minuciosa, reconstrói a trajetória da personagem desde o nascimento na

ISSN: 2358-8829

senzala do Milho Verde, filha da africana Maria da Costa, originária da Costa da Mina (Ribeiro, 2016). O pacto de verossimilhança documental é tensionado pelo próprio narrador, que admite a incerteza das fontes e observa que os registros oficiais podiam ser alterados para apagar as marcas da escravidão. Sem se configurar plenamente como metaficção historiográfica, nos termos de Linda Hutcheon (1991), já que privilegia a reconstituição linear da trajetória, o romance aproxima-se desse gesto ao revelar que a história de Chica é feita de lacunas preenchidas pela imaginação.

O gesto mais significativo da obra é a historicização de comportamentos que a tradição tratou como extravagâncias. O luxo das vestimentas aparece como prática comum às negras alforriadas e proprietárias, e a adoção de costumes da elite branca, como tendência das mulheres que ascendiam socialmente (Ribeiro, 2016). O corpo também é reelaborado. O romance não elimina a dimensão erótica da relação com João Fernandes, mas a inscreve no registro da atração mútua, apresentando Chica como mulher que escolhe deitar-se ao lado de um homem porque também o deseja. Ao mesmo tempo, registra a dimensão reprodutiva imposta a esse corpo quando, diante da chegada de uma ama de leite, o narrador observa que o destino de Chica não era nutrir, mas parir. Os treze filhos tidos em dezesseis anos compõem um quadro em que maternidade, posição social e controle do corpo feminino negro aparecem entrelaçados.

O romance, porém, reconstrói a singularidade por outra via. Depois de reconhecer que outras forras também eram independentes e proprietárias, o narrador afirma que a fama de Chica a distingue delas pela força, pela persistência e pelo amor próprio (Ribeiro, 2016). A excepcionalidade deixa de ser sexual e passa a ser moral. Essa tensão ecoa a advertência de Mary del Priore de que não vale a pena trocar o mito da mulher sexualizada pelo mito da mulher empoderada (Loures, 2026). Nos termos de Kilomba (2019), a passagem de objeto a sujeito não exige uma personagem exemplar, mas uma personagem dotada de complexidade, capaz de agir, hesitar e contradizer-se.

Duas reescritas em relação

A religiosidade oferece um primeiro terreno de comparação. Em Vieira, ela se manifesta como vínculo ancestral, presente nos saberes de Naila e na invocação dos orixás durante a navegação. Em Ribeiro, aparece pela via institucional das irmandades do Rosário, das Mercês e do Carmo, nas quais Chica chega a atuar como juíza, e o narrador descreve a Irmandade do Rosário como espaço de predomínio negro, onde as celebrações católicas se mesclavam ao congado (Ribeiro, 2016). As duas construções coincidem ao inscrever a personagem em formas

coletivas de organização negra, aquelas que Nascimento (2021) reivindicava como objeto de uma história feita por mãos negras e que o mito ignorou.

O eixo da manutenção social revela diferenças mais nítidas. Após a partida de João Fernandes, a Chica de Ribeiro administra casa, minas, fazenda e escravizados, visita as filhas no recolhimento de Macaúbas e preserva uma reputação sem falatórios. O romance não esconde a dimensão mais incômoda dessa trajetória, pois afirma que ela tratava seus serviçais como fora tratada, sem admitir rebeldia nem anseio de fuga, em nada se distinguindo das senhoras brancas (Ribeiro, 2016). Em Vieira, a manutenção se faz pelo cuidado e pela rede, e as mucamas aparecem como amigas e companheiras. A narrativa infantojuvenil tende a suavizar a relação senhorial, enquanto o romance a expõe. Ribeiro oferece uma personagem que age de modo contraditório, e não apenas resiste; Vieira privilegia laços comunitários que o arquivo e o mito deixaram de fora, escolha coerente com o endereçamento ao leitor jovem. O mar sintetiza essa distância. Utopia coletiva em Vieira, ele quase desaparece em Ribeiro, cuja personagem prefere a terra firme onde estão seus bens e é descrita como alguém que nunca viu o mar.

Reescritas afro-femininas e educação antirracista do imaginário histórico

A contribuição pedagógica dessas obras não reside apenas no fato de apresentarem uma protagonista negra, já que Chica ocupava esse lugar no filme e na telenovela sem que isso desestabilizasse os estereótipos que a cercavam. Gomes (2017) mostra que o movimento negro produziu saberes que reeducam a sociedade sobre a questão racial, entre eles a compreensão de que o racismo opera também no plano das representações. As Diretrizes de 2004 (Brasil, 2004) incorporam essa perspectiva ao afirmar a necessidade de reconhecer a população negra como sujeito histórico e produtora de cultura, e não somente como vítima da escravidão. Uma educação antirracista do imaginário histórico consiste, assim, em tornar visíveis as escolhas que constroem as imagens do passado.

Em sala de aula, isso pode se concretizar pela leitura comparada entre a Chica do mito e a Chica das reescritas. Confrontar uma cena do filme com a prancha da página 34 de Vieira, ou o relato de Felício dos Santos sobre o lago artificial com sua reelaboração como sonho de liberdade, permite exercitar o olhar opositor proposto por hooks (2019), perguntando quem enquadra a cena e que vozes são silenciadas. A presença de rezadeiras, irmandades e confrarias nas duas obras permite ainda apresentar formas de conhecimento e de organização coletiva que raramente figuram no currículo, enfrentando o epistemicídio descrito por Carneiro (2023). A diferença de endereçamento amplia esse alcance, pois a narrativa de Vieira pode ser trabalhada

nos anos finais do ensino fundamental e o romance de Ribeiro no ensino médio e na formação de professores. Em ambos os casos, a ambivalência no tratamento da excepcionalidade pode tornar-se objeto de discussão, levando estudantes a perguntar se a substituição da mulher sedutora pela mulher heroína resolve ou apenas desloca o problema da representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da constatação de que a notoriedade de Chica da Silva convive com uma representação que a isola das demais mulheres negras de seu tempo. A leitura da tradição que vai de Felício dos Santos à telenovela de 1996 mostrou que a imagem da mulher sensual e excepcional converte mobilidade social em desvio individual e reforça a percepção de que a experiência negra colonial se resumia ao cativeiro. A revisão historiográfica relativiza essa excepcionalidade, sem ignorar os limites impostos pelo racismo.

As obras de Lia Vieira e Joyce Ribeiro aprofundam esse deslocamento no plano da ficção. Vieira reinscreve a infância, a ancestralidade e a sociabilidade feminina negra, articulando texto e imagem para reorganizar cenas que a tradição dedicou ao corpo e ao luxo. Ribeiro historiciza práticas antes lidas como caprichos e expõe as contradições de uma mulher escravizada que se tornou senhora, embora preserve, em certa medida, a figura da mulher singular por sua força moral. Essa diferença de graus na ruptura com o mito indica que a superação de uma imagem de controle pode dar lugar a outras formas de idealização.

Conclui-se que essas reescritas constituem possibilidades efetivas de educação antirracista porque permitem examinar, com os estudantes, como o passado é narrado e que interesses essa narração sustenta. Investigações futuras poderão acompanhar a mediação dessas obras em contextos escolares concretos, observando como estudantes e professores se apropriam das diferentes Chicas que a literatura afro-feminina coloca em circulação.

Palavras-chave: Chica da Silva; Literatura afro-feminina; Educação antirracista; Memória cultural; Brasil colonial.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Contexto, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília, DF: MEC, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Cortez, 2017.

EVARISTO, Conceição. Chica que manda ou a mulher que inventou o mar? **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 18, n. esp. 1, p. 137-158, 2013. DOI: 10.5007/2175-7917.2013v18nesp1p137.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. Tradução de Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S. Ribeiro. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

HOOKS, bell. O olhar opositor: espectadoras negras. In: HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURES, Marisa. "Não vale a pena trocar o mito da sexualizada pelo mito de empoderada", afirma Mary Del Priore sobre Chica da Silva. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 15 fev. 2026.

Coluna Sala de Leitura. Disponível em: https://tribunademinas.com.br/colunas/sala-de-leitura/15-02-2026/nao-vale-a-pena-trocar-o-mito-da-sexualizada-pelo-mito-de-empoderada-afirma-mary-del-priore-em-conversa-sobre-meu-nome-e-francisca-uma-historia-de-chica-da-silva.html. Acesso em: 19 out. 2026.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NIKOLAJEVA, Maria; SCOTT, Carole. **Livro ilustrado**: palavras e imagens. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

RIBEIRO, Joyce. **Chica da Silva**: romance de uma vida. São Paulo: Planeta, 2016.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1868.

VIEIRA, Lia. **Chica da Silva**: a mulher que inventou o mar. Ilustrações de Iléa Ferraz. Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente, 2001.

XICA da Silva. Direção de Carlos Diegues. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1976. 1 filme (117 min).

XICA da Silva. Autoria de Walcyr Carrasco. Direção de Walter Avancini. Rio de Janeiro: Rede Manchete, 1996. Telenovela.